

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**AVALIAÇÃO**  
**DAS**  
**METAS FISCAIS**

**2º QUADRIMESTRE DE 2015**

## 1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 2º Quadrimestre do exercício de 2015, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF foram publicados no prazo estabelecido em jornal local, no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão da Prefeitura.

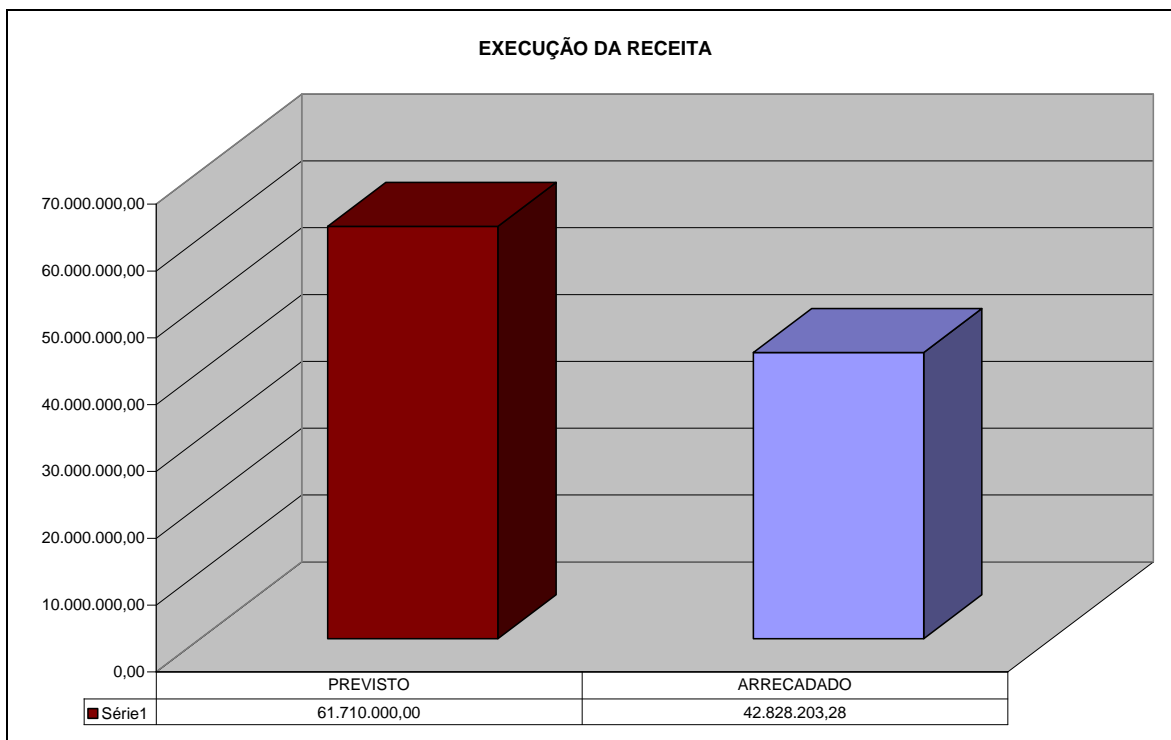
## 2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 2.1 DA RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 42.828.203,28, para uma previsão anual de R\$ 61.710.000,00, correspondendo a um percentual de realização de 69,40%.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita até o 2º Quadrimestre de 2015.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>66.673.797,00</b>	<b>46.285.271,34</b>	<b>69,42%</b>
Receita Tributária	5.533.232,00	5.109.158,93	92,34%
Receita de Contribuições	2.168.000,00	1.612.732,82	74,39%
Receita Patrimonial	3.472.105,00	2.562.990,99	73,82%
Receita de Serviços	667.500,00	907.135,13	135,90%
Transferências Correntes	54.044.810,00	34.544.217,14	63,92%
Outras Receitas Correntes	788.150,00	1.549.036,33	196,54%
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	1.767.000,00	1.502.177,36	0,00%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>80.775,00</b>	<b>186.950,53</b>	<b>231,45%</b>
Alienação de Bens	42.100,00	0,00	0,00%
Amortização de Espréstimos	31.500,00	19.452,95	61,76%
Transferências de Capital	400,00	137.760,00	34440,00%
Outras receitas de capital	6.775,00	29.737,58	438,93%
<b>TOTAL</b>	<b>68.521.572,00</b>	<b>47.974.399,23</b>	
<b>( - ) Dedução para o FUNDEB</b>	<b>6.811.572,00</b>	<b>4.180.025,19</b>	<b>61,37%</b>
<b>( - ) Outras Deduções da Receita</b>	<b>0,00</b>	<b>966.170,76</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>61.710.000,00</b>	<b>42.828.203,28</b>	<b>69,40%</b>



## 2.2 DO DETALHAMENTO DA RECEITA

Conforme tem sido amplamente divulgado, há uma queda na arrecadação por parte da União, dos Estados e dos Municípios.

Em nosso Município não é diferente. Apesar do percentual realizado até quadrimestre estar muito próximo do previsto, em um comparativo com o mesmo período do ano anterior, verifica-se que a queda nas transferências da União e do Estado tem sido compensada com o aumento da arrecadação local.

	2015	2014	DIFERENÇA	%
Transferências da União	13.145.480,78	12.345.490,83	799.989,95	6,48
Transferências do Estado	10.757.765,79	11.958.957,69	-1.201.191,90	-10,04
Transferências do FUNDEB	10.615.573,63	9.627.370,23	988.203,40	10,26
Transferências de Convênios - União	137.760,00	519.451,23	-381.691,23	-73,48
Transferências de Convênios - Estado	0,00	248.267,24	-248.267,24	-100,00
<b>Receita Bruta</b>	<b>34.658.595,20</b>	<b>34.701.551,22</b>	<b>-42.956,02</b>	<b>-0,12</b>

## 2.3 DA DESPESA

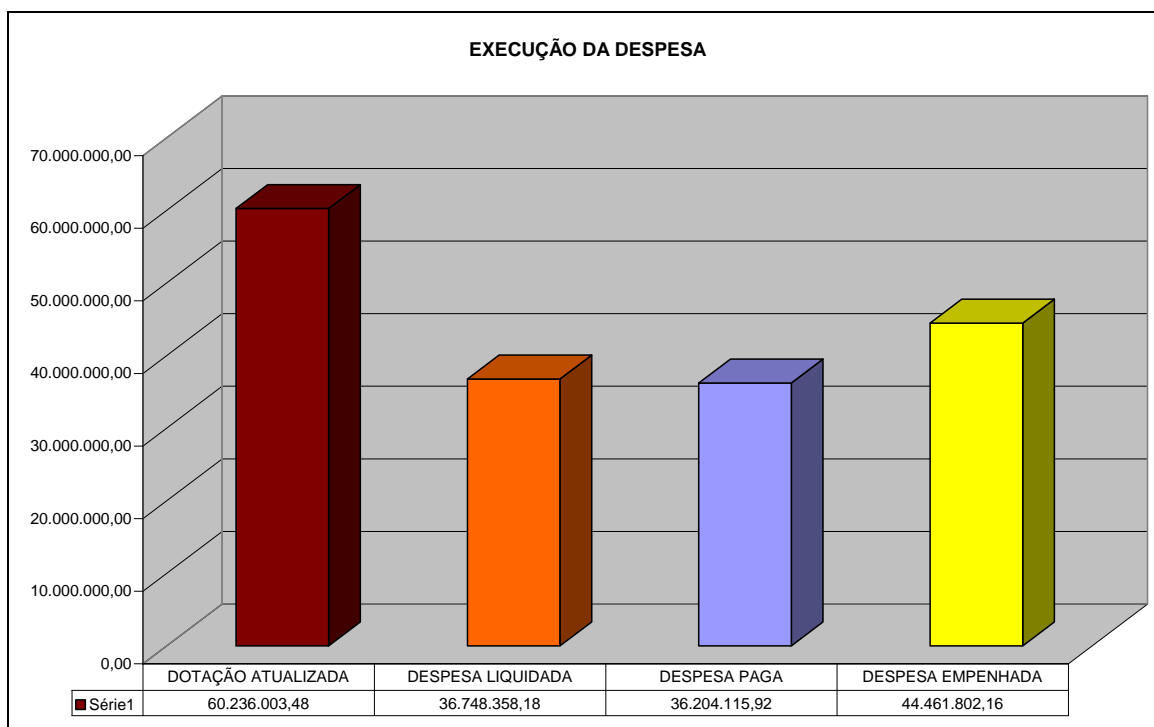
### 2.3.1 DO PODER EXECUTIVO

A despesa realizada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 36.748.358,18, que corresponde a 61,01% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplos, podemos citar os convênios e as operações de crédito.

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>52.752.188,25</b>	<b>34.281.347,56</b>	<b>93,29%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	26.235.875,00	18.632.988,82	50,70%
Juros e Encargos da Dívida	9.650,00	2.386,14	0,01%
Outras Despesas Correntes	26.506.663,25	15.645.972,60	42,58%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.423.815,23</b>	<b>2.467.010,62</b>	<b>6,71%</b>
Investimentos	6.387.065,23	2.445.153,11	6,65%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	36.750,00	21.857,51	0,06%
Res. RPPS + Res. Contingência	1.060.000,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>60.236.003,48</b>	<b>36.748.358,18</b>	<b>100,00%</b>



### 2.3.2 DO PODER LEGISLATIVO

A despesa realizada pelo Poder Legislativo, totalizou, no período, a importância de R\$ 310.125,49, que corresponde a 37,62% de sua dotação atualizada.

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>584.750,00</b>	<b>306.356,59</b>	<b>98,78%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	503.100,00	286.391,73	92,35%
Outras Despesas Correntes	81.650,00	19.964,86	6,44%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>239.500,00</b>	<b>3.768,90</b>	<b>1,22%</b>
Investimentos	239.500,00	3.768,90	1,22%
<b>TOTAL</b>	<b>824.250,00</b>	<b>310.125,49</b>	<b>100,00%</b>

### 2.3.3 DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

A despesa realizada pelo Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 1.874.385,79, que corresponde a 30,23% de sua dotação atualizada.

Por outro lado, a receita do Regime de Previdência totalizou R\$ 5.242.747,76. Desta forma o superávit foi de R\$ 3.368.361,97.

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.793.000,00</b>	<b>1.874.385,79</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.700.000,00	1.844.546,66	98,41%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	93.000,00	29.839,13	1,59%
Res. RPPS + Res. Contingência	3.407.000,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>6.200.000,00</b>	<b>1.874.385,79</b>	<b>100,00%</b>

### 3. DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

#### 3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do relatório de Gestão Fiscal.

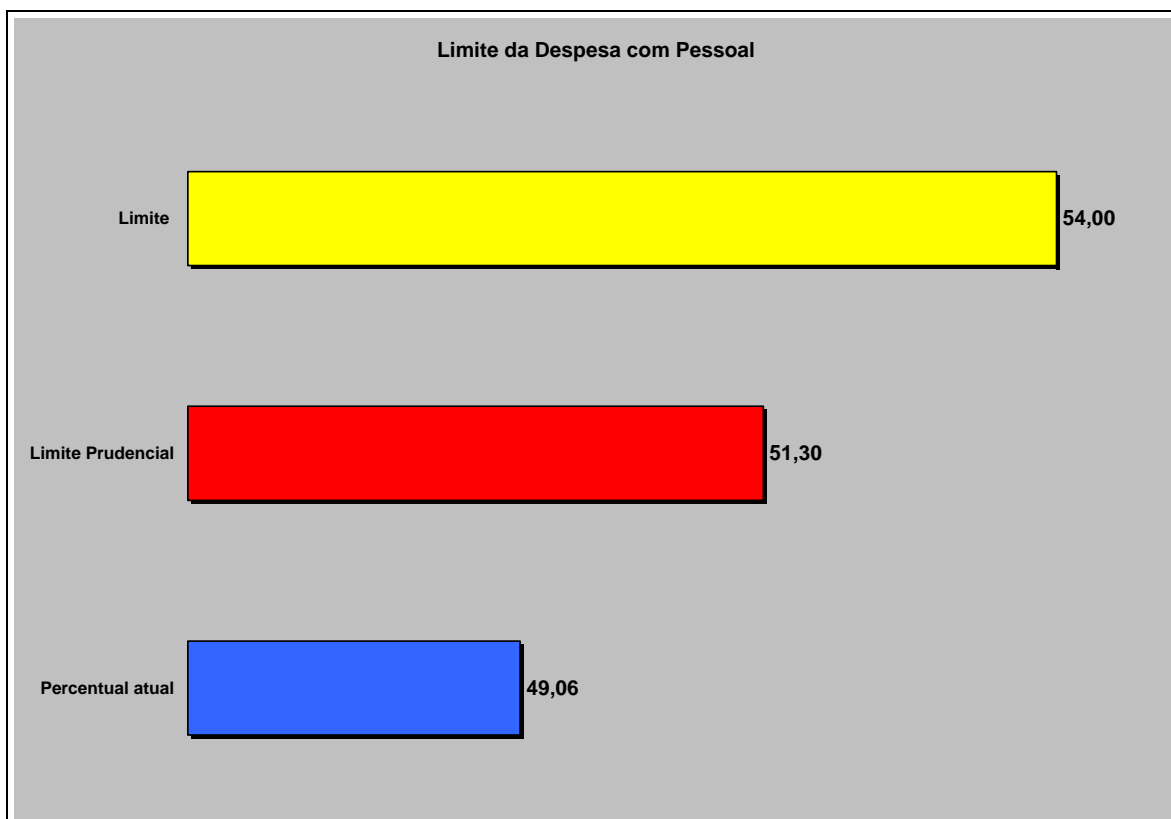
O valor da RCL apurado no mês de AGOSTO/2015 é de R\$ 58.697.643,14.

#### 3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 28.795.408,66, valor este que corresponde a 49,06% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está respeitou tanto os limites previstos em Lei:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,3%



### **3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO**

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 421.782,39, valor este que corresponde a 0,72% da Receita Corrente Líquida. Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

### **3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -**

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

A Dívida Consolidada, AGOSTO/2015, totalizava R\$ 609.260,94, representando 1,04% da Receita Corrente Líquida.

Tal fato demonstra que o Município está plenamente adequado à legislação.

### **3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS**

O Município dispendeu até o quadrimestre, a importância de R\$ 24.243,65, com amortização, juros e encargos da Dívida, o que corresponde a 0,04% da Receita Corrente Líquida.

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50%.

### **3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Não foi realizada nenhuma operação de crédito no exercício de 2015.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16%.

### **3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO**

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% e houve a aplicação de 25,24% durante o exercício. Já em educação o limite mínimo é de 25% e foram aplicados 27,61%, no mesmo período.

**PREFEITO: ROGERIO GRADE**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA: LONI PONATH**

**CONTADOR: JUARES LUIS DA SILVA**

**Três Coroas, 28 de setembro de 2015.**